



## COMITESINOS

10ª Reunião Ordinária/2014

**13 de novembro de 2014**

Local: Auditório 5C005, Centro de Ciências Econômicas da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h30 – 16h30

### **Pauta:**

- 1) Abertura;
- 2) Aprovação da ata de 11 de setembro de 2014 (minuta anexa);
- 3) Projeto VerdeSinos – Banhados (Feevale); Günther Gehlen
- 4) Relato acerca de reunião realizada com a FEPAM e a Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS acerca da atividade de mineração na Bacia Sinos;
- 5) Desdobramentos sobre o processo de contratação de Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos pela METROPLAN;
- 6) Proposta de deliberação sobre o projeto de continuidade da BR448;
- 7) Programa de Efetivação do Plano de Bacia – relato da oficina realizada com municípios;
- 8) Assuntos Gerais.

### **Entidades Presentes**

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: SEMAE, COMUSA e CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: COMUSA, Prefeitura de Esteio e Prefeitura de Sapiranga; Drenagem: Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha e SEMAE; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: Assoc. Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, STR de Santo Antônio da Patrulha e Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: SINPASUL, AIC-Sul, SINDUSCOM, ACI-NH/EV/CB e CICS-Portão; Mineração: Assoc. Extratores Sinos e Paranhana; Lazer e Turismo: não preenchida; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: CM de Novo Hamburgo e CM de Campo Bom; Associações Comunitárias: União Assoc. bairros e Vilas de Campo Bom; Clubes de Serviço: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: ABRASINOS; ONG's Ambientalistas: Movimento Roessler e Projeto Mira Serra; Associações Profissionais: ASAEC; Organizações Sindicais: SINPROCAN; III Grupo: Representação do Governo do Estado: ausente; Representantes do Sistema: ausente; Demais Presentes: Prefeitura de Novo Hamburgo, Prefeitura de Sapucaia do Sul, Prefeitura de Canoas, comunidade.

001 **ATA Nº 12/14 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
002 Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, a plenária do Comitesinos reuniu-  
003 se às quatorze horas, no Auditório 5C005, Centro de Ciências Econômicas da Unisinos, município de São  
004 Leopoldo/RS, para a realização da nona reunião ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do  
005 COMITESINOS, Arno Leandro Kayser, deu as boas vindas a todos e anunciou a pauta da tarde. **2)**  
006 **Aprovação da ata de 11 de setembro de 2014:** Arno explicou que a ata de setembro não fora feita em  
007 tempo hábil para envio e análise prévia pelos membros da plenária, ficando a sua aprovação para a  
008 próxima reunião. O Sr. Dante(Metroplan) manifestou que há imprecisão sobre a data da deliberação da  
009 plenária sobre a revisão do TR da Metroplan, ao que lhe foi esclarecido que a deliberação ocorreu, de  
010 fato, no mês de setembro, embora a sua versão adequada ao formato das deliberações do comitê foi  
011 apresentada em outubro. **3) Projeto VerdeSinos,** apresentado pelo Prof. Dr. Günther Gehlen, reunindo as  
012 pesquisas de desenvolvimento de conhecimento sobre elementos dos banhados, à cargo dos  
013 pesquisadores da FEEVALE, trouxa ao conhecimento dos membros da plenária aspectos sobre a  
014 metodologia dos trabalhos e metas a serem alcançadas. Cópia da apresentação feita está à disposição na  
015 Secretaria Executiva do COMITESINOS. **4) ) Relato acerca de reunião realizada com a FEPAM e a**  
016 **Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS acerca da atividade de mineração na Bacia Sinos. O**

017 Presidente apresentou o resumo da reunião, destacando que, a partir da execução da topobatimetria  
018 realizada no âmbito de elaboração do Plano de Bacia, ficou demonstrada a situação crítica dos Sinos,  
019 porque a extração chega junto às margens, comprometendo a sua estrutura. A Instrução Normativa que  
020 esta sendo elaborada pela FEPAM para orientar os procedimentos de licenças, considerando  
021 profundidade, distância das margens, para dar segurança ao sistema, deve ser acompanhado pelo  
022 rastreamento das embarcações. No Rio dos Sinos há grande dificuldade de executar o rastreamento  
023 porque cada embarcação tem identificação e sua movimentação é acompanhada, via tela, por GPS.  
024 Quando o minerador sai da área licenciada, o sinal de alerta é acionado. O sistema é perto do ideal,  
025 considerando que o GPS traz relativa insegurança pela imprecisão, compensada pela margem de 10m de  
026 segurança dados no rastreamento. Para Sinos, é ainda mais complicado, porque o rio tem, no máximo,  
027 150m de largura. Para rios ou trechos de rios com 60m de largura, são reservados 20m de proteção das  
028 margens aos quais são somados os 10m de imprecisão (margem de segurança) da leitura do GPS,  
029 totalizando 50m não mineráveis, inviabilizando a mineração. Há a intenção de todas as dragas serem  
030 rastreadas, além da necessidade de se realizar o zoneamento das áreas com potencial de extração,  
031 estabelecendo-se processos de planejamento, evitando desperdício de recursos financeiros em estudos  
032 ou procedimentos que, previamente, já poderão ser considerados inapropriados para a mineração.  
033 Atualmente, 13 empresas atuam no Rio dos Sinos, e elas poderão se associar para a elaboração de tal  
034 estudo. Foi esclarecido que a extração de areia, embora possa beneficiar o curso d'água, ela não pode  
035 ser interpretada como medida de desassoreamento. São procedimentos distintos, com cuidados  
036 específicos. Sobre a elaboração do zoneamento, a representante da Categoria Mineração Aline Priscila de  
037 Souza manifestou a possibilidade de as empresas de mineração se cotizarem para a elaboração do  
038 zoneamento indicado, considerando que tal iniciativa objetivaria os processos de licenciamento e de  
039 monitoramento. O Presidente acolheu a oferta informando que será tratada com a FEPAM a parceria para  
040 o alcance de tal instrumento. O vereador Guido Mário Prass Filho, da Câmara Municipal de Taquara, alertou  
041 sobre a prática da "venda" da concessão de mineração que, embora ilegal, tem sido praticada naquele município,  
042 merecendo a fiscalização e investigação por parte dos órgãos oficiais. **5) Desdobramentos sobre o processo de**  
043 **contratação de Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio**  
044 **dos Sinos pela METROPLAN:** o assunto sobre o TR voltou à pauta da plenária pela impossibilidade de  
045 acordo entre COMITESINOS, Pró-Sinos defesa Civil com a Metroplan para o necessário ajuste da  
046 proposta ao Plano de Bacia. Chegou a ser sugerida a tentativa de se firmar compromisso com a empresa  
047 vencedora da licitação, em curso, buscando as adequações desejadas, consideração descartada já que  
048 após o contrato assinado compete à empresa executar exatamente e exclusivamente o que contratado.  
049 Foi manifestada preocupação com a possibilidade de perda dos recursos garantidos pelo Ministério das  
050 Cidades ao que foi esclarecido que, por ser recurso orçamentário, poderá ser reprogramado ou  
051 remanejado. O Sr. Dante Larentis, diretor de Incentivo ao Desenvolvimento da METROPLAN, informou  
052 que o TR não nasceu dentro do COMITESINOS, foi discutido exaustivamente com a Caixa Econômica  
053 Federal e Ministério das Cidades, e que ele expressa o entendimento do corpo técnico daquela Fundação  
054 quanto às medidas necessárias para minimizar os efeitos das cheias na bacia Sinos. Afirmou que se a  
055 comunidade da bacia não tem preocupação com as cheias, a Metroplan deverá suspender os estudos,  
056 embora o Diretor manteve o pedido para a revisão da deliberação da plenária, que se posicionou  
057 unanimemente sobre a adequação do TR ao Plano de Bacia. Foi esclarecido que não há, da parte do  
058 Comitê, posição contrária à elaboração de estudos técnicos que resultem em proposições para a redução  
059 dos impactos das cheias, mas que estes não devem se sobrepor aos já existentes, aos que já estão em  
060 execução pelo VerdeSinos, e que as metas a serem alcançadas sejam pactuadas entre todos os atores,  
061 quais são COMITESINOS, Pró-Sinos, Defesa Civil, Metroplan e todos aqueles que forem julgados  
062 estratégicos para tal discussão. O representante da Associação de Arrozeiros de Santo Antônio Manuel  
063 Adam questionou sobre a situação em que se encontram os estudos já realizados, por exemplo, os das  
064 barragens, lembrando que o Comitê se debruçou no processo e eles não eram sequer citados. E sobre a  
065 própria deliberação do comitê, expressa no Plano de Bacia, quanto ao Estudo de alternativas para  
066 regularização da vazão e disponibilidade de água que, segundo seu entendimento, deveria fazer parte do  
067 TR da Metroplan. Contestou o fato de os processos permanecerem reservados a algumas poucas  
068 pessoas e entidades na medida em que todos eles eram do interesse das comunidades da bacia, legal e  
069 oficialmente representadas no Comitê de Bacia. O Secretário Municipal de Meio Ambiente de Esteio Sr.  
070 Orides de Oliveira manifestou a grande preocupação com a população sujeita aos efeitos das cheias,  
071 particularmente naquele município, que sofreu alagamentos de grandes proporções com conseqüências  
072 econômica e social até então não registradas. A manifestação de Orides foi complementada pelo  
073 Secretário de Economia de Desenvolvimento Sustentável do mesmo município Sr. José Luiz Daudt, que

074 apontou a falta de diálogo responsável pelo surgimento do impasse institucional. Esclareceu que não há  
075 previsão de diques no município de Esteio e demonstrou surpresa quanto ao desconhecimento do comitê  
076 e de outros municípios sobre o conteúdo do TR. Enfatizou a importância de o comitê, considerado o fórum  
077 adequado, de se apontar alternativas para as questões relacionadas às cheias e o compromisso de se  
078 assegurar os recursos financeiros orçados pelo Ministério das Cidades. Rafael Altenhofen, representante  
079 da UPAN na Categoria ONG's Ambientalistas, destacou que os estudos previstos não contemplam a  
080 cobertura integral da bacia, limitando-se aos cursos de águas o que é inaceitável do ponto de vista do  
081 gerenciamento dos recursos hídricos. Também enfatizou que o TR induz a apenas algumas alternativas  
082 para a redução de impactos das cheias, notadamente as estruturantes, além de excluir o outro extremo  
083 que é a escassez. Na bacia Sinos, os dois eventos caminham juntos e o estudo de alternativas deve  
084 considerar, na mesma dimensão, a busca de solução para os dois extremos. O Sr. Marco Müller, da  
085 Defesa Civil, expressou sua preocupação sobre a falta de aproximação e diálogo tanto do COMITESINOS  
086 quanto da Metroplan com as Defesas Civas, que são tais instituições que, na ocorrência de eventos de  
087 cheias, são chamados a socorrer a população em situação de risco. Silvio Klein, integrante da CPA do  
088 COMITESINOS, evidenciou que os estudos buscam alternativas para reduzir os impactos das cheias em  
089 alguns municípios localizados em trechos do Rio dos Sinos e desconsidera que, ao proteger uma parte,  
090 potencializa os impactos nos municípios a montante e/ou lindeiros. Causa grande surpresa de o diálogo  
091 da Metroplan se dar, restritamente, a alguns municípios da bacia quando o histórico de alagamentos  
092 demonstra que a grande maioria deles sofre conseqüências das cheias. Silvio ainda registrou que o  
093 procedimento da diretoria da Metroplan, em desconsiderar o Comitê, está associada à manifestação do  
094 conjunto de comitês das bacias hidrográficas que formam a Região Hidrográfica do Guaíba, que  
095 acompanharam e, pelo insucesso de resultados, foram contrários à terceira renovação do convênio entre  
096 aquela Fundação e a SEMA para que a mesma exercitasse as funções de Agência de Bacia. A atitude  
097 impositiva de decidir sobre intervenções na bacia Sinos já demonstrava o quanto a dinâmica de  
098 implementação da política de recursos hídricos não estava sendo a compreendida e respeitada. A  
099 Secretária Executiva do Comitê resgatou a manifestação do Sr. Dante, que afirmou que a comunidade da  
100 bacia não tinha preocupação com as cheias, para questioná-lo sobre o tempo de interesse por ele  
101 dedicado à bacia Sinos até o momento e a sua duração, no futuro, na medida em que haverá alternância  
102 no comando político da Metroplan. Considerou ofensiva e desrespeitosa a sua referência aos que, há  
103 muitos anos, têm se debruçado nas questões da bacia, muitas vezes absorvendo pessoalmente os custos  
104 decorrentes da respectiva participação nas plenárias. E que, por outro lado, a diretoria da Metroplan havia  
105 sido convidada a apresentar o planejamento de intervenções na bacia Sinos por diversas vezes e por  
106 diferentes caminhos sem nunca ter dado qualquer resposta. Era inaceitável que um órgão de governo,  
107 que pretendia compor o Sistema de Recursos Hídricos, se julgar acima da legalidade e da legitimidade  
108 dos representantes de todos os setores da bacia que formam o comitê de bacia, para não apenas  
109 suplantar as responsabilidades e atribuições do colegiado, mas ainda ironizar a posição tomada pela  
110 plenária de ajustar o TR ao Plano de Bacia, como sendo, distorcidamente apontado, despreocupação com  
111 as cheias. O fato mais grave e que foi apenas recentemente revelado é de que alguns municípios haviam  
112 sido privilegiadamente contatados para a tomada de conhecimento do TR, já com perspectivas de  
113 assegurar recursos para intervenções, antes mesmos dos pretensos estudos serem realizados. Na  
114 seqüência, o Presidente do COMITESINOS informou à plenária sobre a reunião realizada com a  
115 Superintendência da METROPLAN, sem que houvesse qualquer sinalização da mesma para a busca de  
116 diálogo, caso o Comitê mantivesse a sua deliberação. Arno complementou sua manifestação dizendo que  
117 a diretoria do comitê estava construindo com o Pró-Sinos, Defesa Civil e Ministério das Cidades uma  
118 agenda para encontrar a fora adequada de o assunto ser tratado, assegurando os investimentos  
119 anunciado na bacia Sinos. **6) Proposta de deliberação sobre o projeto de continuidade da BR448**, que  
120 deverá estabelecer critérios para os estudos do prolongamento da mencionada rodovia, tendo em vista o  
121 que está expresso no Plano de Bacia, além do conjunto de considerações apontadas pela Comissão  
122 Permanente de Assessoramento - CPA na proposta de deliberação. Desde a tomada de conhecimento  
123 por parte do Comitê sobre o planejamento de extensão da mencionada Rodovia, a diretoria do Comitê tem  
124 envidado grande esforço para que representantes do DNIT participem de reunião para apresentar as  
125 diretrizes do projeto técnico, especialmente as alternativas a serem empregadas de não impacto das  
126 áreas úmidas e áreas de várzea. O insucesso deste movimento institucional, argumentado pelo diretor  
127 local DNIT, de que o processo está sendo reavaliado em Brasília, deixa a descoberto informações  
128 importantes para o futuro licenciamento e construção da obra. As considerações apresentadas na  
129 proposta de deliberação foram destacadas e, sob regime de deliberação, a mesma foi aprovada por  
130 unanimidade. Assim, a **Deliberação CBHSINOS053/2014 – Estabelece critérios para os estudos do**

131 **prolongamento da BR 448**, será apresentada ao DNIT e entidades associadas ao processo de  
132 licenciamento. **7) Programa de Efetivação do Plano de Bacia – relato da oficina realizada com**  
133 **municípios:** o Presidente fez breve relato sobre o desenvolvimento da **Oficina temática: “O**  
134 **Licenciamento Ambiental e a Outorga do Uso da Água à luz do Plano de Bacia da Bacia Sinos”**,  
135 realizada em 11 de novembro de 2014, com os objetivos de levar ao conhecimento dos municípios o que  
136 traz de novo o Plano de Bacia e que deverá ser observado e respeitado nos processos de licenciamento  
137 diante das deliberações do comitê; esclarecer o papel do Departamento de Recursos Hídricos sobre a  
138 outorga e apresentar as informações que os municípios devem dispor para orientar empreendedores que  
139 visam se estabelecer nos municípios e que demandarão água como insumo na respectiva atividade  
140 produtiva; reafirmar que Licença Ambiental e Outorga caminhando juntas; e apresentar e orientar sobre a  
141 Base SIG, cujos dados foram produzidos no âmbito de elaboração do Plano de Bacia bem como aqueles  
142 que deverão ser produzidos no âmbito de execução do VerdeSinos, destacando a necessária aplicação  
143 da legislação sobre a proteção de encostas, nascentes e áreas úmidas. Participaram 65 representantes  
144 dos municípios e outras entidades, e a atuação do Engº Diego Carrillo da FEPAM foi altamente elogiada  
145 pelo conhecimento transmitido, compreensão do processo e clareza nos esclarecimentos prestados.  
146 Houve manifestação sobre a necessidade de continuidade de ações como a oferecida (oficina) a partir do  
147 que composto um grupo de trabalho para desenvolver estratégias de continuidade. Apresentadas as  
148 informações e tratado todo conteúdo da pauta programada, a reunião foi encerrada dentro do prazo  
149 regimental. E, para constar, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente,  
150 pelo Vice-Presidente e por mim.

São Leopoldo, 12 de março de 2015.

151  
152  
153  
154  
155 Adolfo Antônio Klein  
156 Vice-Presidente

Arno Leandro Kayser  
Presidente

Viviane Nabinger  
Secretária Executiva

157